

IV. RESISTÊNCIAS AFRICANAS AO DOMÍNIO COLONIAL PORTUGUÊS: UM OLHAR SOBRE COLONIALISMO E NACIONALISMO NA GUINÉ PORTUGUESA*

Roberto Sousa Cordeiro¹

Altire Dias²

Luciano Laet³

Resumo

Este artigo consiste no esforço teórico de estudar o processo de luta pela independência de Guiné-Bissau que se deu nas décadas de 1960 e 1970. Dessa forma, tentaremos entender como o Amílcar Cabral⁴, dentro desse contexto das lutas pela libertação das colônias portuguesas no território africano e em meio a uma diversidade cultural indígena, conseguiu constituir um movimento aparentemente coeso e lutar por objetivos principais: conquista da independência e construção do Estado-Nação. Desde seus estudos universitários até as lutas dentro do referido partido, podemos ver a constituição e ação daquilo que Gramsci denominou de “intelectual orgânico”⁵, o qual articula em torno de si forças sociais revolucionárias capazes de gerarem um movimento de transformação social, que busca derrubar o sistema opressivo, antidemocrático e antinacional.

* “Guiné Portuguesa” é nome do território da atual Guiné-Bissau durante o período colonial português.

¹ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil. Atualmente, é aluno do Programa de Pós-Graduação em Estado de Derecho y Buen Gobierno de la Universidad de Salamanca (Espanha), mestrando em “Democracia y Buen Gobierno”.

² Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em Brasil. Atualmente, é aluno do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma Universidade, mestrando em Sociologia.

³ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil.

⁴ Fundador e líder do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde – PAIGC.

⁵ Para maior compreensão sobre papel do “intelectual orgânico”, ver GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

Palavras-chave

Amílcar Cabral. Colonialismo português. Nacionalismo africano. Resistências africanas.

Abstract

This article is the theoretical effort to study the process of struggle for independence of Guinea-Bissau which occurred in the 1960s and 1970s. Thus, we will try to understand how the Amílcar Cabral, within this context of struggles for liberation from the Portuguese colonies in african territory and among a diversity of indigenous cultures, procured to constitute a movement apparently united and fight for a greater goal: achievement of independence and construction of the nation state. Since his university studies until the struggles within the party, we can see the formation and action that Gramsci called “organic intellectual”, who articulates around himself social revolutionary forces capable of generating a movement of social transformation, which overthrow the oppressive system, anti-national and anti-democratic.

Keywords

Amílcar Cabral. Portuguese colonialism. African nationalism. African resistance.

Introdução

O presente artigo joga luz sobre as fases do desenvolvimento da luta de libertação na Guiné-Bissau, trazendo discussões que se concentrarão basicamente em seguintes frentes, a saber, em primeiro lugar, um relato histórico que remonta a era dos primeiros contatos dos portugueses com os grupos étnicos guineenses, isto é, a chegada dos portugueses no território denominado “Guiné Portuguesa” (hoje Guiné-Bissau), tendo em conta as resistências dos nativos de diferentes etnias, até o culminar da guerra de libertação liderado pelo movimento nacionalista⁶.

⁶ O termo “nacionalismo” é geralmente usado para descrever dois fenômenos: 1) a atitude que membros de uma nação têm quando eles se importam com sua identidade nacional e, 2) as ações que os membros de uma nação tomam quando buscam alcançar (ou sustentar) autodeterminação.

Referiremos também as questões coloniais em Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, países que, como a Guiné-Bissau, faziam parte do vasto império marítimo português.

Em um segundo momento, procuraremos articular o papel do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) como força catalisadora de transformação social, e a importância de Amílcar Cabral como figura central na constituição e desenvolvimento dessa organização, que articulou a mobilização das massas em torno da luta contra o colonialismo⁷ português.

Amílcar Cabral foi um personagem emblemático nas lutas pela libertação das colônias portuguesas em África. Além de ser o principal organizador do processo de independência em Guiné-Bissau e Cabo Verde, teve uma atuação fundamental nos movimentos nacionalistas de Angola, Moçambique, etc. Oleg Ignatiev, um dos biógrafos de Amílcar Cabral, ressalta a atitude anti-hegemônica desse revolucionário que, mesmo inserido dentro da lógica de dominação colonial e vinculado a suas diversas instituições, conseguiu transcendê-las, num movimento de aliança com as classes subalternas da sua nação⁸. O que facilitou a formação daquilo que Gramsci definiu como uma força “nacional popular”⁹, base para a independência política.

A trajetória política de Amílcar Cabral nos permite compreender o processo da luta de libertação em Guiné-Bissau. Desde a sua vincula-

⁷ O conceito do colonialismo é aplicado a territórios ocupados e administrados por um governo da metrópole, em consequência de conquista – ou da colonização – de seus habitantes, aos quais se impõe uma autoridade estrangeira.

⁸ IGNATIEV, Oleg. *Amílcar Cabral: o filho de África*. Lisboa: Prelo, 1975.

⁹ BEIRED, J. L. B. “A função social dos intelectuais.” In: AGGIO, Alberto. *Gramsci: A vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Editora UNESP, 1998, p.125.

ção ao grupo no qual gestou os seus ideais iniciais, reunidos em torno da Casa dos Estudantes do Império, da Casa da África e do Centro de Estudos Africanos, até constituição do PAIGC, um instrumento de mobilização e mudança social, Amílcar Cabral se constituiu como uma figura pública que articulou em torno de si forças sociais revolucionárias que derrubaram as opressões política, econômica, cultural e armada do sistema colonial português.

É importante ressaltar que, a **Casa da África** havia sido criada por um grupo de intelectuais africanos em Portugal na década de 1920. Era um espaço de cunho cultural e político onde encontravam alguns africanos que residiam em Portugal: estudantes, operários, empregados, etc., essa casa era liderada por Raul de Castro (um jornalista profissional), sob controle do Ministério das colônias portuguesas. Enquanto a **Casa dos Estudantes do Império** era um espaço frequentado apenas pelos estudantes da colônia portuguesa, incluindo os estudantes africanos que faziam parte do MUD-Juvenil (Movimento da União Democrática Juvenil), entre os quais, Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Vasco Cabral e Marcelino dos Santos. Nela, fazia-se festas, conseguia-se comida barata, e, sobretudo, pouso para as idéias e ideais. Por ultimo, **Centro de Estudos Africanos** foi fundado por estudantes africanos em Portugal, em 1951, nesse centro eles se encontravam para proferir palestras sobre problemas de África, lendo literaturas, livros sobre a geografia e história de África. Essa casa foi criada pelos referidos estudantes após uma tentativa fracassada que visava assumir a liderança da Casa da África¹⁰

¹⁰IGNATIEV, Oleg. *Amílcar Cabral*. Op. cit., p.13.

Com base nos objetivos acima traçados, faz-se necessário guindar algumas indagações que nortearão as nossas discussões: Como se deu o processo da luta armada pela independência da Guiné-Bissau? Por que não houve um acordo pacífico pela independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde? Até que ponto era preciso o uso da violência pela conquista da independência? A que se deve o êxito da luta armada pela independência da Guiné e Cabo Verde? Quais foram os fatores da descolonização da “Guiné portuguesa”?

Portanto, para situar a luta pela independência na Guiné-Bissau, retomaremos na secção seguinte, aspectos fundamentais da história colonial para compreender a formação do Movimento de Libertação e o processo que possibilitou o nascimento do Estado guineense.

Chegada dos portugueses na Guiné-Bissau e a resistência dos nativos antes da luta de libertação

De acordo com os registros históricos sobre a Guiné-Bissau, o primeiro contato dos portugueses com o trecho do litoral da costa ocidental africana que veio a se constituir mais tarde a província portuguesa da Guiné, se deu a partir do século XV, mais precisamente em 1446, quando o navegador português Nuno Tristão lá aportou vindo da costa senegalesa¹¹.

Na época das navegações portuguesas, o império dos mandingas¹² localizado nesse trecho começava a se desintegrar e, no século

¹¹ AUGEL, Moema Parente. *O Desafio do Escombro*: Nação, identidade, e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, p. 51.

¹² Grupo étnico convertido ao islamismo (malinkes ou mandingas), que com a queda do império de Mali, estabeleceu o seu poderio que se estendeu a partir desse território até a Guiné-Bissau, formando o poderoso império de Kaabu.

XVI, deu origem a diversos Estados mais ou menos autônomos, quando a autoridade máxima de imperador foi repartida com alguns vassallos que se proclamaram “mansas”, isto é, reis ou chefes locais. Dentre esses reinados, um dos mais importantes era Kaabú, extensa região que ocupava áreas muito além dos limites da atual Guiné-Bissau¹³.

Com a degradação do reino de Mali, o reino de Kaabú se estendia no litoral da África Ocidental, eixo da atração econômica e comercial, de onde partiam os portugueses, que cedo notaram ser vantajoso negociar diretamente com a família real de Kaabú, como forma de consolidar a ocupação territorial lusitana. Os portugueses tentavam dominar a sucessão dos reinados tornando o seu poderio colonial cada vez mais forte e fragilizando o império local com a implantação de sua política escravagista¹⁴.

Segundo Augel:

Dos fins do século XVI em diante, o crescente florescimento do comércio escravagista contribuiu decisivamente para a desintegração dos reinos do Oeste africano, com isso facilitando a ação colonialista dos portugueses. Esses introduziram novos produtos, tornando o comércio mais lucrativo, e conseguiram, com isso, incrementar desavenças e rivalidades étnicas. Entretanto, quando se observa o desenvolvimento histórico da região, constata-se que o impacto da administração colonial na Guiné-Bissau, com seus efeitos desagregadores, só se deu de fato a partir do século XIX e início de XX e necessitou de uma acentuada presença militar como apoio ao colonialismo sistemático para poder impor-se pela força e por violenta repressão”¹⁵

¹³ AUGEL, Moema Parente. *O Desafio do Escombros*. Op. cit., p. 53.

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ Idem, p. 54.

Por estar localizada ao sul do rio Gâmbia, o nome dado ao território pelos portugueses após a descoberta foi o Rio Grande¹⁶ ou Rios de Cabo Verde. Após a descoberta pelos navegadores portugueses no século acima referido, os séculos sombrios que se seguiram poucas mudanças trouxeram. Os europeus de várias nacionalidades ali estabeleceram pequenos entrepostos e feitorias onde compravam e vendiam o que podiam, enquanto os povos da costa do rio Grande iam recolhendo alguns ganhos e iam tentando resistir à escravização.

Mas foi sempre um pequeno comércio, que nunca atingiu a grande escala alcançada em muitos outros pontos dessa longa Costa da Guiné¹⁷.

E assim continuaria até a alvorada das ambições imperialistas européias em meados do século XIX, quando o ritmo de expansão começou a acelerar. Este vago território, a que os portugueses tinham dado o nome de “Os Rios de Cabo Verde”, foi “concedido” a Portugal (em grande parte devido ao apoio do Governo Britânico, ansioso por conter o avanço francês), e o território passou a ser chamado “Guiné Portuguesa” ou simplesmente Guiné. As suas fronteiras, tal ainda hoje existem, foram desenhadas num mapa, por uma convenção luso-francesa, em 1866, e a partir daí os portugueses passaram a ter uma nova colônia¹⁸.

Mas durante muito tempo tiveram-na apenas em nome. As suas fronteiras “limitavam” um território acerca do qual os portugueses pou-

¹⁶ Após a chegada no litoral da Guiné-Bissau, os portugueses denominavam o território de Rio Grande, isto porque fazia parte do longo litoral do sul do Rio Gâmbia.

¹⁷ DAVIDSON, Basil. *Libertação da Guiné: aspectos de uma revolução africana*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1975, p. 18.

¹⁸ Idem, p. 19.

co ou nada sabiam, exceto que as suas populações lhes eram hostis, e não possuíam um único posto donde se não ouvisse o ruído do mar. Tornou-se então necessário “provar ocupação efetiva” e “pacificar o país”, na fraseologia colonial da época. O que não foi assim tão fácil; os africanos resistiam, seguiram-se as guerras¹⁹.

Os estudos de Davidson enumeram várias resistências dos grupos étnicos guineenses contra os portugueses:

Em 1878-1880 os portugueses organizaram uma expedição contra dois povos, os *Felupes* e *Manjacos*, que habitavam a jusante do Rio Grande. Os resultados da campanha foram indecisos, isto é, os portugueses não se apossaram de todo o território, mas bastaram para permitir que os portugueses obtivessem um ponto de fixação. Em 1880-1882, novas campanhas, desta vez contra os *Fulas* e os *Biafadas*. Em 1883-1885 os portugueses atacaram pela primeira vez os *Balantas*. Seguiram-se outras campanhas: contra os *Papéis* (1886-1890), os *Fulas* do *Gabu* (1893), os *Oinkas* (1897), os *Bijagós* (1902), os *Manjacos* de *Churo* (1904-1906), os *Mandingas* de *Geba* (1907-1908), outras vez contra os *Oinkas* (1910-1913), e ainda contra os *Mandingas* de *Churo* (1914) e contra os *Papéis* (1915). Esta ofensiva está relacionada à disputa capitalista entre os países europeus, que levaram a repartição da África ocorrida na Conferência de Berlim, em 1884.²⁰

Em 1915, segundo um relato da época, os portugueses viviam na pequena capital de Bissau, “acolhidos à defesa dos muros da cidade, donde ninguém podia sair em segurança para o interior. Bissau (capital) era realmente um campo entrincheirado. As muralhas portuguesas formavam um triângulo, com a base ao longo do mar, e a população vivia dentro dessas muralhas”, fora das quais temiam a vingança dos “aterradores Papéis”²¹.

¹⁹ Ibidem.

²⁰ DAVIDSON, Basil. *Libertação da Guiné: aspectos de uma revolução africana*. Op. cit., p.19.

²¹ Ibidem.

E, estas campanhas de “pacificação”, “continuaram com intervalos de poucos anos até uma data tão tardia como 1936. E mesmo depois desta data continuaram a existir pequenas áreas do país onde os portugueses exerciam um domínio muito frouxo ou apenas espasmódico”. Só após cerca de 50 anos de campanhas podiam os portugueses começar a proclamar que tinham estabelecido a “ocupação efetiva” de que tanto se falara durante essa “corrida à África” que foi o Congresso de Berlim de 1884-1885²².

Sistemáticas campanhas de “pacificação” ou “domesticação” pelo uso da atividade militar, segundo Hernandez, “visavam calar os povos africanos e torná-los submissos à burocracia colonial portuguesa”²³. Esse foi um processo que se definiu pelo exercício da violência física, variando em grau e duração, dependendo de cada um dos territórios.

Durante essas campanhas de pacificação, o tratamento dado aos africanos foi o mesmo em todos os regimes coloniais, norteados pela falta de respeito, brutalidade e a completa desatenção aos direitos humanos básicos. O regulamento de trabalho dos “indígenas” era severo e cruel, estando-se disposto a todo custo a “castigar o gentio rebelde”; também a cobrança de tributos e impostos era exorbitante e arbitrária, os africanos sendo, sistematicamente, cada vez mais excluídos de suas prerrogativas políticas, sociais e econômicas, e tudo isso em nome da “missão civilizadora”²⁴.

²² Idem, p. 20

²³ HERNANDES, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005, p. 510.

²⁴ AUGEL, Moema Parente. *O Desafio do Escombros*. Op. cit., p. 57.

Por isso, desde o início da expansão colonial que tinha como objetivo propagar a civilização e desenvolver os mercados portugueses através da política de exploração das matérias primas e tráfico de escravos, os portugueses sempre enfrentaram resistências africanas em várias frentes. Os nativos dos diferentes grupos étnicos denominados, principalmente, os Papéis e os Bijagós nunca se conformaram com a imposição da política opressiva e autoritária portuguesa, baseada na exploração do homem, violência, tortura, terrorismo e discriminação social.

Sendo assim, ao falar da situação e evolução da luta armada pela independência da Guiné e Cabo Verde, Cabral afirma que, “a luta do PAIGC é uma continuidade da que foi desenvolvida pelos povos destes países contra os colonialistas portugueses”²⁵. Porque, segundo ele,

A resistência do povo da Guiné, vencida pela força das armas, nunca cessou de se manifestar: revoltas, resistências passivas, emigrações maciças para os territórios vizinhos e, como no caso nosso irmão *Bijagós de Canhabaque*, total recusa de pagar o imposto de soberania portuguesa. O nosso povo alcançou grandes vitórias contra a superioridade técnica das armas portuguesas. O nosso povo bateu-se corajosamente, até ao limite das suas forças, contra as tropas portuguesas.²⁶

No caso das Ilhas de Cabo Verde, inúmeras revoltas assinalaram, desde o período da escravatura, o ódio do povo pelo domínio português. Principalmente em Santiago, Santo Antão e São Vicente, o povo ergueu-se várias vezes contra os senhores da terra e contra o domínio estrangeiro, por meio das manifestações, greves e revoltas²⁷.

²⁵ CABRAL, Amílcar. “Arma da Teoria: unidade e luta.” In: ANDRADE, Mário (org). *Portugal: Seara Nova*, 1978, p. 75.

²⁶ Idem, p. 73.

²⁷ Idem, p. 74.

Até 1930, os povos da Guiné rebelaram-se em vários movimentos de resistência. Na concepção de Cabral, “a resistência significa destruir alguma coisa, para construir outra coisa”²⁸. No caso da colonização dos países africanos por Portugal, implica destruir o sistema colonial dos portugueses e construir o novo modelo de Estado africano, que respeita a nossa própria identidade, na base da promoção da justiça, do trabalho e igualdade de oportunidade para todos os filhos da Guiné e Cabo Verde.

Segundo Cabral, “existem quatro tipos das resistências: política, econômica, cultural e armada, que, são respostas à opressão colonial portuguesa, sendo que cada forma de resistência serve como resposta a um tipo de opressão portuguesa”²⁹. Isso implica que, a resposta da opressão política é resistência política; opressão econômica, resposta: resistência econômica; opressão cultural, resposta: resistência cultural; opressão armada, resposta: resistência armada. Foi assim que o PAIGC resistiu desde 1963 até 1973.

A luta pela libertação: evolução e sucesso

Segundo a literatura, as décadas de 1950 e 1960 foram importantes para o continente africano, pois a maioria dos países conquistou a independência. Em 1960, por exemplo, 17 países das colônias francesas e inglesas obtiveram a independência pelos acordos pacíficos. Pelas “ondas de libertação africana”, este ano ficou conhecido como “ano de libertação da África”³⁰. Enquanto as duas grandes potências coloniais (França e Inglaterra) abriam mão das suas colônias em África, Portugal

²⁸ CABRAL, Amílcar. *Análise de alguns tipos de resistência*. Bolama: Imprensa Nacional, 1979, p. 9.

²⁹ Idem, p. 111.

³⁰ Ibidem.

se posicionava firme em permanecer com a sua política colonial em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé.

Em setembro de 1956, encontrando-se discretamente em Bissau, um grupo de africanos decidiu encarnar a história em si mesmo, e criou o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Eram exatamente seis, incluindo Amílcar, que era o espírito condutor; mas todos sabiam para onde iam. Começaram por lançar apelos pacíficos em que pediam modificações sociais e políticas, e apenas obtiveram como resposta o silêncio e uma repressão cada vez maior. Sete anos mais tarde, em Janeiro de 1963, o partido resolveu tomar outro rumo da luta: revolta armada.

Vale a pena discorrer sobre alguns antecedentes sangrentos que culminaram com as guerras de libertação nos territórios da colônia portuguesa em África. Nos finais da década de 1950 do século passado, nos referidos territórios, como apontam Mario Andrade³¹, Oleg Ignatiev³², Hermenegildo Carvalho³³, aumentavam-se insurreições e sangrentos massacres aconteciam contra os africanos que revoltavam:

- Em 1953, o povo de São Tomé revoltou-se, uma revolta que teve como resultado o massacre de mais de 1.000 santomenses, numa população de 60.000 pessoas;
- A 3 de Agosto de 1959 em Bissau (Capital da Guiné-Bissau) deu-se a insurreição do Cais de Pindjiguiti, onde os colonialistas portugueses massacraram 50 trabalhadores guineenses em greve. Esta repressão denominada “massacre de *Pindjiguiti*”,

³¹ ANDRADE, Mario de. *A geração de Amílcar*. Bissau: Instituto Amizade, 1973.

³² IGNATIEV, Oleg. *Amílcar Cabral*. *Op. cit.*, p.30.

³³ CARVALHO, Hermenegildo (2010) Revisitar Amílcar Cabral, Fundamentos da sua liderança. Disponível em <http://pro-africa.org/revisitar-amilcar-cabral-fundamentos-da-sua-lideranca/>. Consultado em 13/04/2011.

aconteceu numa altura em que os trabalhadores do porto reivindicavam melhores condições do trabalho e aumento salarial;

- Em Janeiro de 1961, o massacre da Baixa de Cassange em Angola (um dos mais violentos massacres perpetrados pelo sistema colonial); no dia 4 de Fevereiro de 1961, a invasão do presídio militar de Luanda liderada pelo nacionalista cômico Manuel Mendes das Neves (na tentativa de libertar os presos políticos) provocou, pela reação portuguesa, um clima de grande tensão (com repercussões internacionais); e, por último, a 15 de Março de 1961, o massacre dos colonos no norte de Angola, vítimas do ataque da UPA (União das populações de Angola, liderado por A. Holden Roberto).

Esses massacres resultam na antecipação do rebentar da guerra colonial portuguesa em 4 fevereiro de 1961 em Angola. A Historiografia aponta 23 de Janeiro de 1963 para a Guiné-Bissau e 19 de setembro de 1964 para Moçambique, como sendo as datas do início da luta de libertação nacional³⁴.

As reivindicações dos africanos e o trabalho das suas organizações de resistência, obrigada à clandestinidade, originaram severas repressões acima referidas. Tudo isso se praticava, segundo Cabral, em nome da “*Civilização e Cristandade*”, pelo mais retrógrado dos sistemas coloniais³⁵. Com relação à lei de civilização, Cabral ironizava afirmando que, “*se Portugal conseguisse ter uma ‘influência civilizadora’ sobre qualquer povo seria uma espécie de milagre, isto porque era um país subdesenvolvido com 40% de analfabetos e o seu nível de vida era o mais baixo da Europa*”³⁶.

³⁴ CARVALHO, Hermenegildo. *Revisitar Amílcar Cabral*, Fundamentos da sua liderança. Op. cit., p.01.

³⁵ CABRAL, Amílcar. Arma da Teoria: unidade e luta. In ANDRADE, Mário (org), Op. cit., p. 58.

³⁶ Idem, p. 59.

Com a instalação da polícia política (PIDE) nos finais da década de 1950, começou a caça aos nacionalistas africanos. A PIDE desencadeou uma onda de repressão que conduziu às mortes, às prisões políticas. Milhares de nacionalistas estavam encarcerados nas prisões da PIDE pelo crime de quererem a liberdade do seu país³⁷.

Caça aos nacionalistas, de certa forma, deu certo, pois Eduardo Mondlane, Amílcar Cabral, entre outros tombaram nas ciladas e foram executados, mas isso não impediu o avanço da luta pela libertação, tanto na Guiné assim como em Moçambique.

Perante esse cenário da postura severa do governo português, o PAIGC tinha apenas duas opções: ou conformar com o sistema colonial ou lutar pela independência. Mesmo conscientes de que o regime colonial português, pela sua característica, jamais aceitaria um acordo pacífico pela independência da Guiné e Cabo Verde, os dirigentes do PAIGC não precipitaram em recorrer ao uso da violência para a solução colonial. Por isso, através de memorandos, notas abertas e mensagens enviadas ao governo Salazar, o PAIGC fazia apelos para que o governo português resolvesse o conflito pela via pacífica.

Segundo Cabral:

Quando em 15 dezembro de 1960, na XV sessão da Assembléia Geral da ONU, foi aprovada a Carta que reconhecia o direito de todos os países à autodeterminação, declarando que o governo português, de acordo com os estatutos da ONU, era obrigado a apresentar relatórios sobre a situação nos seus territórios coloniais, Portugal apressou-se a modificar a sua Constituição; substituiu o termo 'colônia' por 'província ultramarina', o que permitia afirmar que não havia colônias nem, por conseguinte, relatórios a apresentar sobre os territórios africanos.³⁸

³⁷ Ibidem.

³⁸ CABRAL, Amílcar. *Arma da Teoria: unidade e luta*. In: ANDRADE, Mário (org), Op. cit., p. 57.

O PAIGC, por sua vez, enviou às autoridades portuguesas um *memorandum*, propondo o início imediato de conversações sobre a concessão da independência. O governo de Salazar nem pensou em responder a este apelo. E agora, enviando o *memorandum* à ONU, o PAIGC publicava também uma nota aberta ao governo de Portugal, propondo mais uma vez a negociação da entrega pacífica do poder ao povo da Guiné “portuguesa” e das ilhas de Cabo Verde, de acordo com as propostas anteriores, cumprindo desta maneira os princípios da autodeterminação dos povos, proclamados pela ONU³⁹.

Outrossim, o PAIGC propôs a realização de uma conferência entre os representantes do governo português e representantes dos nacionalistas da Guiné e Cabo Verde, com a seguinte ordem de trabalho:

- a) Autodeterminação e independência nacional dos povos da Guiné e Cabo Verde.
- b) Colaboração entre o povo português e os povos da Guiné e Cabo Verde.

O PAIGC advertia que, publicando essa nota aberta, o Partido fazia a última tentativa junto do governo português para a liquidação pacífica da dominação colonial nas suas pátrias africanas e que, se o governo português insistisse em não reconsiderar a sua posição, o PAIGC cumpriria a sua missão histórica, desenvolvendo a luta de libertação nacional, respondendo com a violência às forças colonialistas portuguesas e liquidando completamente, por todos os meios, a dominação colonial na Guiné e em Cabo Verde⁴⁰.

³⁹ IGNATIEV, Oleg. *Amilcar Cabral*. Op. cit., p. 149.

⁴⁰ *Ibidem*.

A tática que visava a obtenção da independência por vias pacíficas não trouxera os frutos desejados. Entre 1956 e 1963, o partido tentou várias vezes uma saída negociada do colonialismo. Cabral sublinhou que o PAIGC foi obrigado a optar pela violência, pois, se tivesse o governo de Salazar optado por uma negociação pacífica, a guerra dificilmente teria sido uma realidade⁴¹.

Na perspectiva de Cabral, Conforme Carvalho:

A violência deveria ser usada de forma racionalizada, controlada e direcionada. Este concebia o uso da violência como forma de resistência, uma vez que reconhecia no sistema colonial uma forma permanente de violência institucionalizada. O PAIGC selecionava as ações violentas em função de objetivos estratégicos, através de técnicas subversivas próprias, mas também através de apropriações de experiências alheias de outros contextos (tendo sempre em vista a realidade concreta da luta armada). Essas experiências, por sua vez eram muito tributárias (numa fase inicial da luta) das influências doutrinárias da revolução cubana (na implantação da guerrilha) e também do *Maoísmo*, especialmente no que toca à teoria do cerco da cidade a partir do Campo.⁴²

Não é por acaso, que nos primeiros anos da guerra da Guiné, especialmente (1961 a 1963), Forças Armadas colonialista ressentiram-se muito dos resultados dessas formas subversivas de violência bem como da destruição de canais de transportes terrestres e marítimos, e de vias de comunicações, do cerco dos centros urbanos através de eletrificação com arames farpados, sabotagem econômica, etc⁴³.

O ano de 1963 ficará na história do povo da Guiné como o do começo da luta armada contra as forças colonialistas. Com efeito, foi no dia 23 de janeiro desse ano que, estando preenchidas as condições

⁴¹ Ibidem.

⁴² CARVALHO, Hermenegildo. *Revisitar Amílcar Cabral*, Op. cit., p.01.

⁴³ CABRAL, Amílcar. *Arma da Teoria: unidade e luta*. In ANDRADE, Mário (org), Op. cit., p.37.

essenciais a uma mudança radical da nossa luta, os nossos combatentes, apoiados pelo nosso povo, desencadearam a ação armada contra o quartel do *Titi* (zona sul do país)⁴⁴.

Segundo consideração de Ignatiev:

Seis meses após o início da luta armada já se podia fazer o balanço de alguns resultados. Todas as regiões do país, situadas a sul do rio Geba e rio Corubal estavam libertadas dos colonialistas. Em julho as operações militares abrangeram o território situado a norte do rio Geba. O PAIGC abriu a Frente Norte. O Ministro da Defesa Nacional de Portugal, general Gomes de Araújo, foi obrigado a reconhecer que os combatentes do PAIGC ocupavam e controlavam uma parte considerável do território, que, de acordo com as suas estimativas, constituía cerca de 15% de toda a área da Guiné 'portuguesa'. Em Lisboa decidiram aumentar o efetivo das tropas naquela colônia.⁴⁵

Apesar dos grandes reforços das forças colonialistas vindos de Lisboa, que totalizavam cerca de 25.000 homens no início de 1961 (tropas de terra, mar e ar, polícia e corpos armados especiais), e reforços materiais em toda espécie, nomeadamente, bombardeiros americanos B26 e caças alemães a reação (Fiat 91), para fazer face à intensificação da ação dos nacionalistas do PAIGC e suprir as pesadas baixas sofridas no decorrer da década de 1960, as autoridades colonialistas portuguesas não tinham conseguido parar a marcha vitoriosa da luta armada guineense, encontrando-se cada vez mais numa situação de impasse⁴⁶.

Se considerarmos que, no início de 1961, as tropas portuguesas totalizavam cerca de mil homens e que o seu aumento (vinte e cinco vezes), além de não ter feito parar o avanço triunfante da nossa luta,

⁴⁴ Ibidem.

⁴⁵ IGNATIEV, Oleg. *Amilcar Cabral: o filho de África*. Lisboa: Op. cit., p. 164.

⁴⁶ CABRAL, Amilcar. *A ação armada e os métodos militares*. Portugal: Avante, 1988, p. 5.

também não evitou situação difícil a que os levamos, verificamos a amplitude do impasse em que se encontram as autoridades colonialistas⁴⁷.

Ainda com o aumento gigantesco dos soldados portugueses no decorrer do desenvolvimento da luta armada, a asseveração de Woollacott, demonstra que isso não surtiu efeitos esperados pelo regime fascista de Salazar:

A eclosão da luta armada na Guiné-Bissau se deu a partir de 1963, tendo rapidamente alcançado algumas vitórias notáveis. ‘A batalha pelas Ilhas de Como’, nos inícios de 1964 – provavelmente o acontecimento militar mais importante das guerras africanas, representou um momento decisivo de grande alcance. Durante mais de três meses, o exército português lançou ataques sucessivos sobre as ‘Ilhas Como’, na tentativa de se assegurar uma base estratégica, a partir da qual pudesse atacar a frente sul do PAIGC. Esta operação foi, todavia, um insucesso, constituindo um sério revés militar e psicológico para o colonialismo português e um enorme esforço para o moral e a determinação do PAIGC. Os efetivos do exército colonial na Guiné foram, subseqüentemente, aumentados para um total de 30.000 homens armados – para controlar uma população ‘nativa’ que não ultrapassava o meio milhão. Mesmo assim, o PAIGC encontrou-se em posição de anunciar em 1966 que controlava dois terços do território nacional e de declarar que a Guiné era um Estado em desenvolvimento, estando um terço do seu território a ser objeto de uma agressão imperialista, semelhante à que se verifica no Sul do Vietnam⁴⁸

No fim de 1966, diz Ignatiev,

O exército do PAIGC realizou com êxito uma série de operações contra guarnições inimigas. Durante um dos ataques ao forte português de Madina de Boé foi morto o membro do Comité Político do PAIGC, Domingos Ramos. Foi uma perda muito importante para o partido e para as forças armadas. Ao fim deste ano, tinha-se libertado 60 % do território, com quase 50% da população. Uma prova da gravidade da situação para os colonia-

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ WOOLLACOTT, John (1983). A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal. Disponível em: <http://didinho.org/1223466050T4kAK2od2Ar67WH4.pdf>. Consultado em 21/01/2012.

listas portuguesas era que entre 1961 e 1966 as forças coloniais portuguesas tinham aumentado os efetivos em 25 vezes (1966: 25.000 homens) e mudado 6 vezes de Chefe de Estado Maior. Cada vez mais isolado, cercado por todos os lados, atacado sem descanso, o inimigo era obrigado a abastecer alguns dos seus campos entrincheirados pela via fluvial e aérea. A sua única manifestação de força eram os criminosos ataques aéreos que fazia contra as aldeias pacíficas das regiões libertadas, em alguns assaltos com helicópteros às populações, pilhando as aldeias, destruindo as casas e as culturas e matando a população.⁴⁹

O início de 1968 foi marcado por novos êxitos militares do PAIGC. No dia 19 de fevereiro, o destacamento sob a direção de André Gomes bombardeou o aeroporto de *Bissalanca* da cidade de Bissau, destruindo alguns aviões militares do inimigo. Esta operação exerceu uma grande influência desmoralizante sobre as unidades portuguesas que se convenceram de que já não se podiam sentir também em segurança na região da capital do país⁵⁰.

O regime Salazarista estava extremamente preocupado com os fracassos que o exército colonial português sofria no território da Guiné “portuguesa”. Em Lisboa decidiram substituir o governador geral. Em maio de 1968 foi designado para o cargo de governador geral e comandante chefe das forças armadas na Guiné o general António de Spínola. Um ano meio mais tarde, Amílcar Cabral, falando num seminário dos quadros do partido em Conacry, referiu-se ao general Spínola nos seguintes termos: [...] “o governador de Bissau faz declarações em que afirmou que já não podem ganhar esta guerra pela força das armas, que têm de ganhá-la pela força da razão”⁵¹.

⁴⁹ IGNATIEV, Oleg. *Amílcar Cabral: o filho de África*. Op. cit., p.180.

⁵⁰ Idem, p. 182.

⁵¹ Ibidem.

Na interpretação de Cabral, a “força da razão” queria dizer ma-landrice, manha, bombardeamento das nossas *tabancas* (aldeias), destruição pelo fogo das nossas colheitas de arroz, sem dizer a ninguém que queimam, assassinio da nossa gente nas *tabancas* com ataques de helicópteros, fingindo que defendem essa. Outra “guerra da razão” era preparar o agente da PIDE, colaborar com os dissidentes do PAIGC, tanto dentro como fora da Guiné, para matar os dirigentes deste partido, como veio acontecer com o assassinato de Amilcar em Conacry, porque Spínola estava convencido de que se os dirigentes do partido morressem, a luta acabaria⁵².

Nesta ocasião de seminário dos quadros do partido, Cabral denunciou os crimes cometidos pelo general Spínola em Portugal, na época em que era chefe da Guarda Nacional Republicana, matando os portugueses a tiro, quando se revoltavam contra Salazar e outros crimes cometidos em Angola, quando era comandante de Cavalaria, massacrando as populações angolanas. Cabral chamava atenção aos povos da Guiné, que Spínola era um homem criminoso, com as mãos cheias de sangue, fingindo que era um homem de paz. Assim, os povos da Guiné precisavam estar vigilantes em todo o lado⁵³.

Depois de o general Spínola ter chegado à Guiné, elaborou dois planos. O primeiro deles estava relacionado com a realização de um programa a que ele chamou da ‘Guiné Melhor’. A essência deste programa consistia em atrair a população das regiões ocupadas para o lado das autoridades portuguesas através de uma tentativa corajosa de liberalização política, de reforma social e de desenvolvimento econômico. Desta forma, elaborou-se um projeto de construção de escolas, hospitais e estradas que nunca antes existiam, iniciou-se uma campanha de alfabetização, organizaram-

⁵² Idem, p. 183.

⁵³ IGNATIEV, Oleg. Amilcar Cabral: o filho de África. Op. cit., p. 183.

-se cooperativas agrícolas e colocou-se dinheiro à disposição de alguns camponeses agricultores. Ironicamente, Amílcar definia este projeto de Spínola como a ‘política de sorriso e de sangue’. Além disso, deu-se início à formação de unidades militares especiais, de habitantes locais. Ainda em outubro de 1967 o PAIGC tinha começado a distribuir armas entre os habitantes das regiões libertadas do país. Chegado à Guiné, o general decidiu tomar contra-medidas, criando unidades armadas de africanos e obrigando-as a combater contra os seus irmãos. Isso era uma espécie de variante portuguesa da tática americana de *vietnamização*.⁵⁴

Tendo em conta as afirmações de Ignatiev, em relação ao primeiro plano, podemos interpretar as políticas públicas desenvolvidas e/ou materializadas durante a era de Salazar, como uma forma de “guerra da razão”, na medida em que visava submeter os jovens guineenses da cidade através de ações sociais particulares, colocando-os na frente da luta contra os seus próprios contrerrâneos. Portanto, a “guerra da razão” de António de Spínola foram conjuntos de ações sociais materializadas e estratégias políticas desenvolvidas para conter os sucessos dos guerrilheiros do PAIGC, evitando o vexame do poderoso governo de Salazar.

O segundo plano referia-se aos aspectos puramente militares. Reforçar o moral e a eficácia do exército colonial, na tentativa de estabelecer um “equilíbrio militar” com as guerrilhas. Então, Spínola ordenou a criação na fronteira da Guiné “Portuguesa” com a República da Guiné Conacri de uma série de fortes para tentar bloquear a fronteira e não permitir o transporte de materiais para o sul das regiões libertadas⁵⁵.

Com os êxitos dos guerrilheiros nos finais da década de 1960, o objetivo final da política de Spínola era o de forçar o PAIGC a negociar, para conseguir um honroso acordo político que evitasse a humilhação de uma derrota militar total. Acalentava o “sonho louco” de chegar a um acordo com o

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ Ibidem.

PAIGC, o qual conduziria à incorporação do pessoal político e militar do movimento no existente aparelho estatal colonial – sob a sua benigna chefia, evidentemente, como um dos dois secretários gerais⁵⁶.

E mais, o projeto de Spínola preconizava a criação de uma comunidade lusíada, uma Federação de Estados semi-autónomos unidos por uma língua comum e por interesses econômicos “complementares”. Era um projeto apoiado pelos principais grupos monopolistas portugueses (Melo, Champalimaud, etc.), por multinacionais que operavam em Angola e Moçambique, pelos Estados Unidos e ainda pela maioria dos governos ocidentais⁵⁷.

Portanto, era impossível que esse objetivo fosse uma realidade, porque o PAIGC queria uma independência total do território da Guiné, não uma forma de neocolonialismo a ser dirigido por Spínola.

Perante esse cenário da supremacia do PAIGC, no dia 1 de janeiro de 1973, segundo Ignatiev, Amílcar dirigiu a sua já tradicional mensagem de Novo Ano ao povo da Guiné-Bissau, em que esboçou um amplo quadro da situação no país e das perspectivas da luta pela independência:

Vamos, no decurso deste ano e tão cedo quanto for possível e conveniente, reunir a Assembléia Nacional Popular da Guiné, para que ela cumpra a primeira missão histórica que lhe compete: a proclamação do nosso Estado, a criação dum executivo para esse Estado e a promulgação duma Lei Fundamental – a primeira Constituição da nossa história – a qual constituirá a base da existência ativa da nossa nação africana”. Esta foi a última mensagem de Amílcar ao seu povo. Pois, vinte dias depois, em Conacri, um grupo de conspiradores que se encontravam ao serviço da PIDE assassinou barbaramente o secretário-geral do PAIGC, Amílcar Cabral.⁵⁸

⁵⁶ WOOLLACOTT, John. *A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal*. Op. cit., p. 1142.

⁵⁷ Ibidem.

⁵⁸ IGNATIEV, Oleg. *Amílcar Cabral: o filho de África*. Op. cit., p. 196.

Os colonialistas portugueses calculavam que, matando Amílcar Cabral, semeariam o pânico no PAIGC, minariam a capacidade do povo da Guiné-Bissau de continuar a luta armada. Mas, enganaram-se redondamente. Naquele momento o partido já estava tão estreitamente ligado à população, tinha lançado raízes tão profundas entre o povo, que a morte do seu fundador, embora tivesse constituído um rude golpe, não fez fracassar a causa a que Amílcar dedicou toda a sua vida. Com a morte de Amílcar as forças armadas do PAIGC intensificaram os ataques ao inimigo. De março a setembro de 1973, a defesa anti-aérea do PAIGC abateu mais de 40 aviões inimigos. As guarnições portuguesas eram destruídas uma após outra, libertavam-se novas áreas⁵⁹.

Desenvolvendo a ofensiva na Guiné-Bissau, o PAIGC ampliava também a arena da luta nas ilhas de Cabo Verde. Em consequência do trabalho realizado pelo PAIGC, tanto nos centros urbanos como no campo, a situação política mudava-se radicalmente em Cabo Verde. O conhecimento das vitórias do Partido na Guiné-Bissau exercia também uma certa influência neste sentido. A revolta dos camponeses de Santo Antão, as greves de estudantes de liceus em São Vicente, a greve dos operários das docas de Porto Grande em São Vicente, que exigiam e conseguiram um aumento de salários, os choques constantes entre a população e as autoridades, a adesão crescente dos cabo-verdianos aos ideais do PAIGC.⁶⁰

Os fatores históricos e geográficos que possibilitaram os sucessos da luta armada na Guiné-Bissau, segundo Woollacott:

Foram certamente mais favoráveis ao desenvolvimento da luta de libertação na Guiné do que o foram em Angola ou em Moçambique: a maior parte do interior do país era inacessível aos portugueses, fornecendo um excelente terreno para o combate de guerrilha, e a independência da Guiné-Conacry em 1958 e a do Senegal em 1960 proporcionaram ao PAIGC um refúgio seguro ao norte, ao leste e ao sul, bem como valiosas bases

⁵⁹ Idem, p. 195.

⁶⁰ Idem, p. 187.

tanto para treinamento militar como para fornecimento de material bélico, emissões de propaganda, etc. Graças à hostilidade do ambiente físico e do clima, à falta de recursos naturais e às prolongadas resistências das populações indígenas à colonização, os portugueses nunca conseguiram estabelecer um verdadeiro e extensivo domínio colonizador na Guiné, onde as contradições tribais e de classe eram, porventura, menos pronunciadas do que, por exemplo, em Angola. Todavia, a principal razão do sucesso do PAIGC deve imputar-se à qualidade da sua organização política e da sua liderança e, em particular, às extraordinárias capacidades do seu secretário-geral, Amílcar Cabral.⁶¹

A Independência da Guiné-Bissau e a “Revolução dos Cravos” em Portugal

O ano de 1970 pode ser considerado como um ano de mudança do contexto político de Portugal. Nesse ano, o fascismo português colocou-se num isolamento profundo. Até mesmo uma série de países ocidentais começou a pedir contas ao regime de Lisboa. De 27 a 29 de junho, do mesmo ano, realizou-se em Roma uma conferência internacional de solidariedade com os povos das colônias portuguesas. Esse acontecimento teve uma grande importância para os movimentos de libertação nacional, pois a Itália era um membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN ou NATO). E, como se sabe, precisamente os países membros da NATO – acima de todos estava os Estados Unidos –, prestavam apoio a Portugal fascista, graças à qual Lisboa podia manter as guerras coloniais em África⁶².

Ignatiev enfatiza a forma como ocorreu o processo da proclamação da independência pelos membros da direção do PAIGC:

⁶¹ WOOLLACOTT, John. *A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal*. Op. cit., p. 1133.

⁶² IGNATIEV, Oleg. *Amílcar Cabral: o filho de África*. Op. cit., p. 189.

No dia 24 de setembro de 1973, na região de *Madina do Boé*⁶³ reuniu-se pela primeira vez a Assembleia Nacional Popular (ANP). E, tudo correu como tinha previsto Amílcar Cabral. A ANP proclamou a formação do Estado, isto é, proclamou solenemente a independência da nova República da Guiné-Bissau. Em seguida, aprovou a primeira constituição histórica do país e criou os órgãos do poder executivo. No final do mês de outubro (um mês depois da proclamação), a independência da Guiné-Bissau já era reconhecida por mais de 70 Estados soberanos. A União Soviética e o Brasil se posicionam entre os primeiros países a reconhecer a Guiné-Bissau. Em novembro, as Nações Unidas, que tinha já reconhecido o PAIGC como ‘o único e autêntico representante do povo da Guiné’, convidaram Portugal a pôr termo à sua ‘ocupação ilegal’ na recém-República da Guiné e a retirar imediatamente as suas tropas.⁶⁴

Recordemos que, no final de 1973, a difícil situação de guerra na Guiné “portuguesa” resultou em ruptura do poder militar português face às orientações políticas de Marcelo Caetano, sendo que a primeira reunião de preparação da operação que veio a culminar na “revolução dos cravos” ocorreu em Bissau, a 21 de Agosto de 1973, e que quase todos os destacados líderes da insurreição do 25 de Abril passaram pela Guiné durante a Guerra Colonial – a saber: Otelo Saraiva de Carvalho; Vasco Lourenço; António de Spínola, entre outros. Por esses motivos são historicamente conhecidos como “Rapazes da Guiné”⁶⁵.

A 25 de abril de 1974, o exército e o povo derrubaram o odioso regime fascista em Portugal. Isso significou o fim irrevogável da infame guerra colonial em África. Esse acontecimento importante ficou conhecido como Revolução dos Cravos⁶⁶. Podemos dizer que Amílcar

⁶³ Região situada na zona sul da Guiné-Bissau.

⁶⁴ IGNATIEV, Oleg. *Amílcar Cabral: o filho de África*. Op. cit., p. 189.

⁶⁵ CARVALHO, Hermenegildo. *Revisitar Amílcar Cabral*, Fundamentos da sua liderança. Op. cit., p. 01.

⁶⁶ A Revolução dos Cravos em Portugal, no dia 25 de abril de 1974, foi movimento que derrubou o regime salazarista e estabeleceu as liberdades democráticas, permitindo as necessárias transformações políticas e sociais nesse país, consequentemente, a libertação total das colónias

Cabral, com toda a sua atividade, não só conduziu o seu povo à independência, mas também contribuiu muito para a liquidação do regime fascista em Portugal⁶⁷.

Portanto, foi por meio destas vias que o colonialismo português na Guiné foi derrotado em todas as frentes: militar, política e diplomática. Nos planos político e diplomático, o regime lisboeta foi completamente derrotado através das denúncias e intervenções feitas por Amílcar nas Conferências Internacionais, nas Comissões dos Direitos Humanos das Nações Unidas, no Congresso Americano e na IV Comissão da Assembléia Geral das Nações Unidas. Assim, o fascismo português sofreu uma derrota não só militar, mas também moral. Em muitos países realizaram-se manifestações populares e comícios. Aos representantes das embaixadas portuguesas foram entregues notas em que se condenavam severamente os novos crimes dos colonialistas⁶⁸.

Na concepção de Cabral, a luta não era contra o povo português, muito menos contra o fascismo português, embora soubesse que o fim do colonialismo em África resultaria no fim do regime fascista em Portugal, o que exatamente acabou por acontecer quando General Spínola e Movimento das Forças Armadas Portuguesa (MFA) organizaram a “revolução do abril” e derrubaram o governo fascista de Caetano Marcelo. É relevante frisar que, o golpe se concretizou depois da morte de Salazar.

portuguesas em África, nomeadamente, Angola, Guiné-Bissau, Cabo-Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe.

⁶⁷ IGNATIEV, Oleg. *Amílcar Cabral: o filho de África*. Op. cit., p. 196.

⁶⁸ CABRAL, Amílcar. *Arma da Teoria: unidade e luta*. In ANDRADE, Mário (org). Op. cit., p. 72.

Cabral reafirmava que era necessário perceber a distinção entre o governo colonial fascista e o povo de Portugal, e apelava para que os povos da Guiné e Cabo Verde não lutassem contra o povo português, mas que lutassem até a vitória final contra os colonialistas portugueses. Segundo ele, a destruição do fascismo em Portugal deve ser a obra do povo português; a destruição do colonialismo português deve ser a obra dos nossos próprios povos⁶⁹.

O Golpe de Estado de 25 de abril em Portugal esclarece que Cabral estava consciente das intimas relações entre o colonialismo e o fascismo português. Isto porque, os colonialistas e a exploração colonial estavam seguramente na base de apoio e motivação do fascismo português.

De acordo com Cabral:

Se a queda do fascismo em Portugal pode não levar o fim do colonialismo português – hipótese que é, aliás, apresentada por alguns dirigentes da oposição portuguesa – temos certeza de que a liquidação do colonialismo arrastará a destruição do fascismo em Portugal. Com a nossa luta de libertação contribuimos eficazmente para a queda do fascismo português e damos ao povo de Portugal a melhor prova da nossa solidariedade.⁷⁰

Os extraordinários sucessos políticos, militares e diplomáticos da luta de libertação nacional empreendida pelo PAIGC haviam colocado, em 1973, o intransigente regime de Lisboa num beco sem saída. Esse partido, embora não fosse o seu objetivo principal, prestou um contributo inestimável à luta pela deposição da burocrática ditadura de Portugal e à criação de uma sociedade democrática nesse país. No geral, as guerras coloniais em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau cons-

⁶⁹ Ibidem.

⁷⁰ Ibidem.

tituíram a causa principal do colapso final da ditadura salazarista em Portugal.

Considerações finais

Tanto a descolonização asiática quanto a africana não foi um processo homogêneo, ocorrendo de duas maneiras: a pacífica e a violenta. A Guiné-Bissau recorreu a esta última via após várias tentativas de negociação pacífica entre o movimento independentista liderado por Amílcar Cabral e o regime fascista de Oliveira Salazar.

No caso da via pacífica, a independência da colônia era realizada progressivamente pela metrópole, com a concessão da autonomia político-administrativa, mantendo-se o controle econômico do novo país, criando, dessa forma, um novo tipo de dependência.

As independências que ocorreram pela via da violência resultaram da intransigência das metrópoles em conceder a autonomia às colônias. Surgiam lutas de emancipação, geralmente vinculadas ao socialismo, que levaram a cabo as independências, como é o caso da Guiné-Bissau.

Portanto, após 10 anos do uso da violência pela libertação da Guiné-Bissau, o golpe de 25 de abril em Portugal não só foi significativo para o término de uma longa jornada do regime fascista em Portugal, mas também, formalmente, contribuiu para o fim do colonialismo na Guiné-Bissau e nos restantes dos países africanos da colônia portuguesa. Pois, este acontecimento resultou na fraqueza do sistema colonial, na retirada dos soldados portugueses nos territórios africanos e no reconhecimento da independência desses territórios, no período de 1974 a 1975.

Recebido em: 13/01/2012

Aceito em: 13/04/2012